

# Registo de descrição

Data relatório

2024-05-29

Registo

PT/BP/BP-SB-VJSP - Viúva de Joaquim Soares de Pinho e Filha

<b>Nível de descrição</b>	SSF
<b>Código de referência</b>	PT/BP/BP-SB-VJSP
<b>Código de referência Nyron</b>	BP/DSP/VJSP
<b>Título</b>	Viúva de Joaquim Soares de Pinho e Filha
<b>Datas de produção</b>	1929-06-15 - 1977-01-19
<b>Dimensão e suporte</b>	1 Caixa ; Papel
<b>Entidade detentora</b>	Banco de Portugal
<b>História administrativa/biográfica/familiar</b>	<p>O negócio cambista da firma Viúva de Joaquim Soares de Pinho e Filha foi iniciado com a atividade de venda de artigos de louça e vinhos finos por Joaquim Soares de Pinho, no entreposto de Alcântara.</p> <p>Em 15 de junho de 1929 é requerido junto da tutela a autorização para que Joaquim Soares de Pinho, de Lisboa, exercesse a atividade de cambista na área do porto de Lisboa. Por Despacho de 18 de junho, a pretensão é deferida, tendo-lhe sido fixada a caução em 20.000\$00. Em 20 de Junho de 1929, foi-lhe passada uma licença provisória. Em 06 de julho de 1929, o cambista requer uma nova licença para poder exercer a troca de nota e moeda junto dos cais de embarque do porto de Lisboa. A pretensão é autorizada por Despacho de 24 de julho de 1929, sendo emitida a respetiva licença a 26 de julho desse ano.</p> <p>Em janeiro de 1931, o cambista comunicou o arrendamento de uma cabine no Entreposto de Alcântara, onde iria exercer a indústria de câmbios. Em 1933, a atividade desenvolveu-se favoravelmente, com a cabine nº 12 do Posto Marítimo de Desinfecção (Cais da Rocha) a funcionar como sede e a filial montada na cabine nº 11 do Entreposto de Alcântara.</p> <p>Por falecimento de Joaquim Pinho, em setembro de 1938, o negócio foi continuado pela viúva, Elvira Borges de Pinho, e pela filha, Leontina Borges de Pinho, passando a funcionar sob a razão social de Viúva de Joaquim Soares de Pinho.</p> <p>Em 1941, o conflito mundial paralisou o movimento naval do porto de Lisboa. Foi então requerida autorização para que os funcionários do falecido cambista pudessem transacionar nota e moeda a bordo dos navios que atracassem neste porto e onde não existisse cabine de câmbios. Com isto, pretendia-se atenuar a crise que se verificava no sector cambista, principalmente agravada àqueles autorizados a exercer exclusivamente a atividade nas cabines do porto de Lisboa. A pretensão foi indeferida.</p> <p>Em 30 de agosto de 1943, desejando legalizar a situação em que se encontrava a operar, Elvira de Pinho requer autorização para continuar a exercer a indústria cambista sob a denominação social de Viúva de Joaquim Soares de Pinho. Por Despacho de 01 de setembro, a autorização foi concedida. Por escritura de 29 de dezembro de 1943, foi então constituída a sociedade Viúva de Joaquim Soares de Pinto &amp; Filha, uma sociedade em nome coletivo, com a sede social estabelecida em Lisboa, na gare marítima de Alcântara, cujo capital era de 50.000\$00, distribuído igualmente pelas duas sócias. O objeto social da firma era a exploração do negócio de cambista. Por escritura de 05 de janeiro de 1944 o pacto social foi de novo alterado.</p> <p>Por Despacho de 18 de novembro de 1943 a firma foi autorizada a exercer a indústria cambista na Gare Marítima de Alcântara.</p> <p>Em dezembro de 1963 a caução da firma é elevada para 50.000\$00.</p> <p>Em 06 de janeiro de 1966, era Leontina Pinho Monteiro, única sócia, por morte da mãe. Requer então autorização para adicionar à estrutura societária seu filho, Afonso Joaquim de Pinho Monteiro, por cessão da sua quota. O Despacho de 22 de janeiro de 1966 autorizou a alteração pretendida. Contudo, esta alteração não se concretizou. Em 26 de novembro de 1971, deu entrada novo pedido afim de se associarem à firma dois sócios Afonso Joaquim de Pinho Monteiro e Jorge Altino de Pinho Monteiro, filhos de Leontina Monteiro. Desconhecemos o desfecho desta situação.</p> <p>Após abril de 1974 a situação económica e política do país alterou-se profundamente. Em 1975, a banca nacional foi nacionalizada e em 1976, o Decreto-Lei nº 167/76, extinguiu as licenças concedidas para o exercício da atividade cambista, com efeitos a partir de 30 de junho desse ano. Assim, a 15 de outubro de 1976 é solicitado o reembolso do valor da caução prestada.</p>
<b>Sistema de organização</b>	Cronológico

**Existência e localização de cópias**      Nenhuma